

A DISCUSSÃO DO TRIBUNAL DO JÚRI COMO CLÁUSULA PÉTREA NO BRASIL

THE DISCUSSION OF TRIAL BY JURY AS AN ENTRENCHMENT CLAUSE IN BRAZIL

LA DISCUSIÓN DEL JUICIO POR JURADO COMO CLÁUSULA DE AFIRMACIÓN EN BRASIL

Edson Luiz Facchi Junior

Mestre em Direito, Curso de Direito Penal e Processo Penal do Centro Universitário UniOpet, Curitiba, Paraná, Brasil.

Matheus Henrique de Oliveira

Graduado em Direito pelo Centro Universitário UniOpet, Curitiba, Paraná, Brasil.

RESUMO

O presente artigo explora a importância do Tribunal do Júri dentro do sistema jurídico brasileiro. Ressalta pontos de divergência sobre se esta instituição constitui uma cláusula pétrea no ordenamento jurídico brasileiro, levando em consideração o art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil e o Código de Processo Penal. Para tanto, o artigo se subdivide em quatro partes. Na primeira, expõe-se de que modo as Constituições brasileiras regulamentaram o Tribunal do Júri ao longo da história. Na segunda, são descritos os princípios aplicados ao Tribunal do Júri, que encontram guarida no art. 5º, inciso XXXVIII, da Constituição. E na terceira parte, apresentam-se os argumentos favoráveis à tese de que o Tribunal do Júri se trata de uma cláusula pétrea e os argumentos contrários à perspectiva de que a competência do Tribunal do Júri incorpora cláusula pétrea impassível de modificação por Emenda Constitucional. Por fim, na quarta parte, são enunciadas as conclusões obtidas pela pesquisa.

Palavras-chave: Código de Processo Penal. Constituição da República Federativa do Brasil. Cláusula Pétrea. Tribunal do Júri.

ABSTRACT

This paper examines the importance of Trial by Jury in Brazilian Law. It analyses points of divergence about whether Trial by Jury constitutes an entrenchment clause in Brazilian Law, considering the article 5 of the Constitution of Federative Republic of Brazil and the Code of Criminal Procedure. For this purpose, the paper is subdivided into four partes. In the first one, it explains how Brazilian

Submitted on: 7.4.2025 | Accepted on: 7.31.2025

Constitutions regulated Trial by Jury throughout history. In the second, it describes the principles applied to Brazilian Trial by Jury, which are grounded in article 5, XXXVIII, of the Constitution. In the third part, it presents arguments in favor of the thesis that Trial by Jury is a permanent clause and arguments against the perspective that Trial by Jury incorporates a permanent clause that cannot be modified by Constitutional Amendment. Finally, in the fourth part, it points out the conclusions that were reached in the article.

Keywords: Brazilian Code of Criminal Procedure. Constitution of Federative Republic of Brazil. Entrenched Clause. Trial by Jury.

RESUMEN

El presente artículo explora la importancia del Tribunal do Júri dentro del sistema jurídico brasileño. Resalta puntos de divergência sobre se esta instituição constitui uma cláusula pétrea no ordenamento jurídico brasileiro, levantando em consideración o art. 5º de la Constitución de la República Federativa de Brasil y del Código de Proceso Penal. Para tanto, o artigo se subdivide em quatro partes. Na primeira, expõe-se de que modo as Constituições brasileiras regulamentaram o Tribunal do Júri ao longo da história. En segunda, así se describen los principios aplicados al Tribunal do Júri, que encontraron guarida no art. 5º, inciso XXXVIII, da Constituição. E na terceira parte, apresentam-se os argumentos favoráveis à tese de que o Tribunal do Júri se trata de una cláusula pétrea y os argumentos contrarios à perspectiva de que a competencia do Tribunal do Júri incorpora cláusula pétrea impassível de modificação por Emenda Constitucional. Por fin, en cuarta parte, são enunciadas as conclusões obtidas pela pesquisa.

Palavras-chave: Código de Proceso Penal. Constitución de la República Federativa de Brasil. Cláusula Petrea. Tribunal do Júri.

INTRODUÇÃO

O Tribunal do Júri se destaca como uma das instituições mais emblemáticas do ordenamento jurídico brasileiro. É reconhecida por sua competência exclusiva para o julgamento de casos de crimes dolosos contra a vida, consagrada em todas as Constituições Federais brasileiras (com exceção apenas da Constituição de 1937). O envolvimento no julgamento de cidadãos comuns escolhidos aleatoriamente sublinha o papel fundamental desempenhado por esta instituição na justiça.

No entanto, a forma como está competência é compreendida e operacionalizada não tem sido isenta de controvérsias. No centro desses debates está uma discórdia fundamental entre o que está previsto na Constituição da República Federativa do Brasil e certas interpretações jurídicas sobre a função do Tribunal do Júri.

O artigo 60, § 4º da Constituição Federal estabelece preceitos que atendem a dois propósitos: primeiro, estabelecer limites para a reforma constitucional; segundo, garantir a salvaguarda dos direitos e garantias fundamentais. Uma das cláusulas mais notáveis deste artigo é o voto direto, secreto, universal e periódico (art. 60, § 4º, II) que defende os direitos coletivos juntamente com os direitos e garantias individuais previstos na Constituição (art. 60, § 4º, IV).

A questão que este artigo se propõe a avaliar consiste em saber se a competência exclusiva do Tribunal do Júri para presidir crimes dolosos contra a vida, prevista na Constituição, é cláusula pétrea. Certos especialistas jurídicos postulam que a instituição do júri constitui uma das cláusulas pétreas do estado Democrático de Direito, razão pela qual não passível de alteração através de Emenda Constitucional. Em contrapartida, existem opiniões discordantes que defendem a capacidade de revisão desta competência pelo poder constituinte derivado, desde que mantenha a fidelidade aos princípios fundamentais da Constituição.

Este artigo busca uma consciência mais profunda dos obstáculos e das repercussões da dissidência no Tribunal do Júri como uma instituição permanente e imutável no Brasil.

HISTÓRIA DO TRIBUNAL DO JÚRI

Cogita-se que o seu surgimento do Tribunal do Júri date do século XIII, com o Concílio de Latrão, as Ordálias e os Juízos de Deus. Demonstrou significativo resultado na região anglo-saxônica, diferentemente de outras

localidades, como a Alemanha, França e a Itália, nas quais foi substituído por outros órgãos¹.

Naquela época, eram julgados no júri crimes praticados por bruxaria ou crimes de caráter místico, contando com a participação de doze homens da sociedade com “consciência pura” e que se julgavam detentores da verdade divina para a análise do fato tido como ilícito e a aplicação do respectivo castigo.²

Portanto, a origem do júri converge à religiosidade. Tinha-se doze jurados (como os apóstolos de Cristo), possibilitando julgar a conduta humana de seus pares por serem possuidores da verdade, papel Divino.

Em paralelo, vê-se também, a origem do júri na época da Roma antiga, aos moldes dos “*judices jurati*”. Já na Grécia, nesta mesma época viam-se os “*diskatas*” e os “*centeni comites*”³.

Assim nasceu o Tribunal do Júri Popular, com um caráter democrático. No Brasil, o príncipe D. Pedro I, por iniciativa do Senado da Câmara do Rio de Janeiro, criou o “juízo de jurados” em 18 de junho de 1822, através de Decreto Imperial. Denominou como “juizes de fato” os 24 (vinte e quatro) juizes que o compunham,⁴ homens bons, honrados, inteligentes e patriotas, nomeados pelo Corregedor e Ouvidor. Vale enfatizar que a competência deste corpo de juizes era para julgar matéria de crimes de imprensa, possibilitando duplo grau de jurisdição à clemência Real.

Em 25 de março de 1824,⁵ o júri foi consagrado na Constituição do Império como órgão integrante ao Poder Judiciário, tendo competência para julgar as ações cíveis e criminais, conforme o art. 151, que assim discorria: “O Poder Judicial é independente, e será composto de Juizes, e Jurados, os quase terão

¹ ARRUDA, Osman; ARRUDA, Mauricio de Santa Cruz. **Júri técnica e tática**. Curitiba: Corgraf Gráfica e Editora LTDA, 2015, p. 21.

² Ibidem, p. 21.

³ STOCO, Rui. Tribunal do Júri e o projeto de reforma de 2001. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 36, p. 190-236, out./dez. 2001.

⁴ OLIVEIRA, Marcus Vinicius Amorim. **Tribunal do Júri na ordem jurídica constitucional**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2008.

⁵ NUCCI, Guilherme de Souza. **Tribunal do júri**. 4. ed. São Paulo. Revista dos Tribunais, 2013.

lugar assim no Cível, como no Crime, nos casos, e pelo modo, que os Códigos determinarem”.

Na sequência, em 24 de fevereiro de 1891, a Constituição Republicana recepcionou a instituição do Júri, apontando em seu art. 72, § 31 que: “É mantida a instituição do júri”. Após 65 anos foi aprovada Emenda Constitucional enfatizando o tratamento do Júri como garantia individual, princípio semelhante ao que vigora na nossa atual Constituição.

No ano de 1934, durante o mandato do Presidente Getúlio Vargas, houve uma alteração na disposição constitucional do júri, transferindo sua competência para a seção do Poder Judiciário. Esta mudança garantiu a continuidade da instituição do Júri, sujeita à organização e atribuições estabelecidas por lei⁶.

Posteriormente, com a promulgação da Constituição de 1946, o Júri foi designado especificamente para julgar crimes dolosos contra a vida, integrando o Capítulo dos direitos e garantias individuais. A nova Constituição estabeleceu que o Júri deveria ser composto por um número ímpar de membros, garantindo o sigilo das votações, a ampla defesa do réu e a soberania dos vereditos (Art. 141, § 28).⁷ Em 23 de fevereiro de 1948, a Lei nº 263 foi promulgada para regulamentar o artigo constitucional mencionado, incorporando o Instituto do Júri ao Código de Processo Penal.

A Constituição de 1969 também manteve a instituição do Júri, atribuindo-lhe competência exclusiva para julgar crimes dolosos contra a vida, conforme estabelecido no § 18 do artigo 153. Este princípio foi mantido na última Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, onde o Tribunal do Júri é reconhecido como uma cláusula pétrea das garantias individuais.

Assim, é fundamental destacar o artigo 5º, XXXVIII, que reconhece a instituição do júri, sujeita à organização estabelecida por lei, garantindo: a) a plenitude da defesa; b) o sigilo das votações; c) a soberania dos vereditos; e d) a competência para julgar os crimes dolosos contra a vida.

⁶ ARRUDA, Osman; ARRUDA, Mauricio de Santa Cruz. **Júri técnica e tática**. Op. cit., p. 23.

⁷ Ibidem, p. 23.

Conclui-se, portanto, que o Tribunal do Júri, na trajetória histórica do Brasil, operou como instrumento de defesa dos direitos individuais.

OS PRINCÍPIOS INSERTOS NA CONSTITUIÇÃO DE 1988 QUE REGEM O TRIBUNAL DO JÚRI

Na Constituição de 1988, o Tribunal do Júri constitui muito mais do que simples regra de competência, pois incorpora verdadeiro direito e garantia fundamental.

O Tribunal do Júri na CRFB/88 (Constituição Da República Federativa Do Brasil), constitui muito mais do que simples regra de competência, mas verdadeiro direito e garantia fundamental. Tal instituto encontra-se previsto na Lei Maior, precisamente nas alíneas do art. 5º, inciso XXXVIII, as quais estabelecem princípios elementares ao exercício dessa garantia fundamental. Sobre o preceito constitucional do júri, escreveu Celso Ribeiro Bastos e Yves Gandra Martins que:

[...] o fato é que nele continua a ver-se prerrogativa democrática do cidadão, uma fórmula de distribuição da justiça feita pelos próprios integrantes do povo, voltada, portanto, muito mais à justiça do caso concreto do que à aplicação da mesma justiça a partir de normas jurídicas de grande abstração e generalidade.⁸

Portanto, o conceito de Júri deve ser extraído de sua natureza constitucional, sendo “a garantia constitucional do cidadão de ser julgado pelo povo, quando acusado da prática de fatos criminosos definidos na própria Constituição ou em lei infraconstitucional, com a participação do Poder Judiciário para a execução de atos jurisdicionais privativos”.⁹

Desta forma o presente capítulo irá se debruçar sobre as significações dos princípios do Tribunal do Júri, dispostos na Constituição Federal de 1988.

⁸ BASTOS, Celso Ribeiro; MARTINS, Yves Gandra. **Comentários à Constituição do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 1989, p. 207.

⁹ NASSIF, Aramis. **Júri: instrumento de soberania popular**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997, p. 23.

Plenitude da Defesa

A Constituição Federal de 1988, no seu art. 5º, inciso XXXVIII, alínea “a”, menciona que no Tribunal do Júri deve ser assegurada ao réu a plenitude de defesa.

Ao interpretar o princípio, a doutrina professa que, apesar de em cada litígio criminal ser assegurada ao réu a ampla defesa, a defesa plena é superior em relação à ampla defesa¹⁰.

Assim, levando em conta o princípio da ampla defesa e a possibilidade de autodefesa, é incumbência do Magistrado do Tribunal do Júri incluir nos quesitos também o argumento sustentado pelo acusado, mesmo que haja discrepância entre esses argumentos e as alegações da defesa técnica, sob risco de tornar nulo o julgamento pelo júri.

Por outro lado, é imprescindível que o Juiz-Presidente fiscalize atentamente a competência do advogado na defesa do réu no procedimento do Tribunal do Júri. Caso o advogado não se manifeste adequadamente, abstendo-se de realizar interferências propícias em momento adequado, ocorre nulidade no processo.

Tanto nos casos de defesa técnica, quanto nos casos de autodefesa, deve ser oportunizado ao acusado defender-se de forma plena, completa e absoluta, utilizando-se de todos os recursos possíveis para se opor pretensão acusatória.

Portanto, prevalece a plenitude da defesa em processos do Tribunal do Júri, que é mais abrangente que a ampla defesa garantida aos réus nos processos em geral. Dessa forma, admite-se no Tribunal do Júri o uso de alegações não-jurídicas, ligadas a assuntos morais, religiosos e sociológicos. Contudo, esses fundamentos não seriam válidos caso o julgamento fosse declarado por um juiz togado.

Desta forma, o princípio da plenitude de defesa no Tribunal do Júri garante que os acusados tenham acesso a uma defesa completa e sem restrições,

¹⁰ TOURINHO Filho, Fernando da Costa. **Processo penal**. 35. ed. São Paulo: Saraiva, 2013, v. 4, p. 149.

assegurando que possam exercer seus direitos de forma efetiva durante o julgamento. Isso significa que não devem ser impostas limitações nos meios de defesa disponíveis, garantindo uma defesa amparada na perfeição.

Em resumo, a plenitude da defesa no tribunal do júri vai além da simples garantia da ampla defesa. Ela envolve a concessão de todos os meios necessários para que o réu exerça sua defesa de forma efetiva, garantindo, assim, a justiça e a equidade no processo.

Portanto, a plenitude de defesa assegura não apenas a ampla defesa, mas também a concessão de todos os meios necessários para que o réu possa exercê-la efetivamente. Isso contribui para a justiça e a equidade no processo, garantindo que todas as partes sejam ouvidas e representadas adequadamente.

Sigilo das Votações

Encontra-se no art. 5º, inciso XXXVIII, alínea “b”, da Constituição o amparo ao sigilo das votações. Não se trata de sigilo “do voto”, compreendido como a cédula depositada dentro da urna pelo jurado, em cujo teor está adscrito “sim” ou “não”, mas em sigilo “da votação”, que é a ação de votar. Deste modo, procura-se resguardar a ocasião em que o jurado vota, ou seja, o momento em que adiciona seu voto na urna. É por esse motivo que essa ação é realizada em uma sala especial.

Sobre este princípio, o art. 485 do CPP estipula que, após o esclarecimento e a análise dos quesitos em plenário, não existindo dúvidas a sanar, “o Juiz-Presidente, os jurados, o Ministério Público, o assistente, o querelante, o defensor do acusado, o escrivão e o oficial de justiça dirigir-se-ão à sala especial a fim de ser procedida a votação”. Também, dispõe o § 1º do art. 485 que, “na falta de sala especial, o Juiz-Presidente determinará que o público se retire, permanecendo somente as pessoas mencionadas no caput deste artigo”.¹¹

¹¹ NUCCI, Guilherme de Souza. **Tribunal do júri**. Op. cit., p. 29.

O sigilo das votações é um princípio fundamental que surge da necessidade de proteger os jurados de influências externas, garantindo, assim, a integridade do processo de votação por meio da preservação da inviolabilidade dos votos e da privacidade da sala de deliberação.

O princípio ora estudado poderia se chocar com da publicidade dos julgamentos. No entanto, a jurisprudência já afirmou que não existe nenhuma incongruência entre o princípio do sigilo das votações e a imposição da publicidade dos julgamentos, conforme refere Pedro Lenza:

Tribunal do Júri. Sigilo das votações (art. 5º, XXXVIII, CF.) e publicidade dos julgamentos (art. 93, IX, CF.). Conflito aparente de normas. Distinção entre julgamento do Tribunal do Júri e decisão do Conselho de Jurados. Manutenção pelo sistema constitucional vigente do sigilo das votações, através de disposição específica. (STF – RE 140975 AgR/RJ – 2ª Turma – Rel. Min. Paulo Brossad – DJ 21.08.1992 – p. 12.786)¹²

Assim, é importante observar que os votos dos jurados não devem ser revelados por completo, mas somente até se chegar à maioria. Isso é crucial para preservar o sigilo das votações, evitando que a unanimidade dos votos seja divulgada por completo, comprometendo a integridade do processo.

Portanto, quando ocorrer a coincidência de quatro votos, a votação dos quesitos deve ser encerrada, já que não haveria possibilidade de alterar o resultado com sete jurados.

De fato, considerando que o julgamento é conduzido na presença do assistente de acusação, do advogado, do órgão acusatório (ministério público), do juiz togado e dos funcionários do Judiciário, ele não ocorre de maneira sigilosa.

Os benefícios da sala secreta são visíveis, já que possibilita que os jurados ouçam os esclarecimentos do magistrado togado, analisem o processo e votem, sem nenhuma pressão do público em geral. A independência do

¹² LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado**. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 489.

magistrado se torna crucial neste ponto da esfera do Tribunal do Júri, pois a todo o instante ele deve esclarecer os pontos controversos dos quesitos, deixando claro a funcionalidade do “SIM” e “NÃO”.

Nesse sentido, o sigilo se faz necessário para que os jurados estejam isentos de qualquer influência que possa interferir na livre formação de convicção e na livre manifestação de suas decisões, assegurando, por conseguinte, um julgamento imparcial e justo.

Soberania dos Vereditos

O princípio da soberania dos vereditos assegura que a decisão tomada pelos jurados seja mantida em sua integralidade, desde que esteja de acordo com princípios constitucionais, preceitos legais e as provas dos autos.¹³

Entende-se, portanto, que a soberania dos vereditos do Tribunal do Júri estabelece que as decisões tomadas pelos jurados são definitivas e não podem ser contestadas ou alteradas por autoridades judiciais ou administrativas. Esse princípio é essencial para garantir a independência e imparcialidade dos jurados, além de promover a confiança no sistema de justiça.

De acordo com esse conceito, uma vez que os jurados tenham deliberado e alcançado um veredito sobre a culpa ou inocência do réu, essa decisão torna-se final e obrigatória. Embora os juízes e outras autoridades judiciais possam revisar o processo para garantir que tenha sido conduzido adequadamente, eles não têm autoridade para anular ou alterar o veredito do júri, a menos que circunstâncias excepcionais justifiquem a anulação do julgamento.

Contudo, as decisões proferidas pelo Tribunal do Júri não devem ser entendidas como ilimitadas e imodificáveis. Isso porque, conforme disposto no art. 593, inciso III, alínea “d”, do CPP, poderá a parte recorrer quando “for a decisão dos jurados manifestamente contrária à prova dos autos”. Desta forma, entende-se que a soberania dos vereditos se trata de um princípio relativo, tendo em vista a capacidade de anulação da decisão proferida.

¹³ ARRUDA, Osman; ARRUDA, Mauricio de Santa Cruz. **Júri técnica e tática**. Op. cit., p. 40.

O Supremo Tribunal Federal (STF) mantém entendimento de que o princípio não é absoluto, submetendo-se ao controle do juízo *ad quem*. Sendo assim, não há violação ao princípio aqui estudado quando o recurso demonstrar a evidente contrariedade à prova dos autos. Destaque-se o que dispõe o Ministro Celso de Mello:

A soberania dos veredictos do Júri não obstante a sua extração constitucional - ostenta valor meramente relativo, pois as decisões emanadas do Conselho de Sentença não se revestem de intangibilidade jurídico-processual. A competência do Tribunal do Júri, embora definida no texto da Lei Fundamental da República, não confere, a esse órgão especial da Justiça comum, o exercício de um poder incontestável e ilimitado. As decisões que dele emanam expõem-se, em consequência, ao controle recursal do próprio Poder Judiciário, a cujo Tribunais compete pronunciar-se sobre a regularidade dos veredictos. A plausibilidade das decisões emanadas do Júri, nas hipóteses de conflito evidente com a prova dos autos, não ofende postulado constitucional que assegura a soberania dos veredictos do Tribunal Popular. A mera possibilidade jurídico-processual de o Tribunal de Justiça invalidar, em sede recursal (CPP, art. 593, I111, "d"), a decisão emanada do Conselho de Sentença, quando esta se achar em evidente conflito com a prova dos autos, não ofende a cláusula constitucional que assegura a soberania do veredicto do Júri. É que, em tal hipótese, o provimento da apelação, pelo Tribunal de Justiça, não importará em resolução do litígio penal, cuja apreciação permanecerá na esfera do Júri.¹⁴

Como pode se observar, por vezes, as decisões proferidas pelo tribunal do júri estão sujeitas ao duplo grau de jurisdição e ao controle das decisões judiciais, que representam a base do estado democrático de direito.

Portanto, é essencial compreender que o princípio da soberania dos vereditos do Tribunal do Júri não dita que suas decisões são intocáveis. Pelo contrário, assegura-se o direito ao duplo grau de jurisdição e ao controle das decisões judiciais. Cabe destacar que, se a votação do Conselho de Sentença resultar na condenação do réu, a pena deve ser executada de imediato, pois essa execução provisória não viola os direitos fundamentais do réu e pode ser obstada em caso de flagrante ilegalidade.

¹⁴ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Habeas Corpus n° 70.193/RJ**. Min.: Celso de Mello, 1ª Turma, j.: 21.09.1993.

Competência para o Julgamento de Crimes Dolosos Contra a Vida

Segundo o art. 5º, inciso XXXVIII, alínea “d”, da Constituição de 1988, “é reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, sendo assegurada a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida”.

Destaca-se que a adstrição da competência do júri ao julgamento dos crimes dolosos contra a vida, diante das inúmeras outras alternativas de tipos penais, é resultado de uma escolha política e legislativa fundamental. Essa decisão está baseada não apenas em considerações jurídicas, mas também em aspectos ontológicos que permeiam a sociedade e a moralidade.¹⁵

É relevante ressaltar que, na ocorrência de um óbito, nem sempre o crime será considerado doloso contra a vida, pois em certos casos a morte da vítima pode ser uma consequência não intencional do ato do autor. Portanto, se o evento em questão afetar um bem jurídico distinto da vida, o julgamento não será de competência do júri.

A propósito, o crime de latrocínio não é de competência do Tribunal do Júri, à luz da Súmula 603 do STF, que assim dispõe: “A competência para o processo e julgamento de latrocínio é do juiz singular e não do Tribunal do Júri”.

O art. 74, § 1º do CPP, em consonância com a Lei nº 263, de 23.2.1948, dispõe que “compete ao Tribunal do Júri o julgamento dos crimes previstos nos arts. 121, §§ 1º e 2º, 122, parágrafo único, 123, 124, 125, 126 e 127 do Código Penal, consumados ou tentados”.

Assim, são delitos dolosos contra a vida, subordinados à decisão pelo Tribunal do Júri: a) homicídio doloso, simples, privilegiado ou qualificado; b) induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio; c) infanticídio; d) aborto, em todas as suas modalidades.

Ademais, é permitido que o Tribunal do Júri julgue outros tipos de delitos quanto estes são conexos aos crimes dolosos contra a vida.¹⁶

¹⁵ CACHONE JUNIOR, Anilton. Tribunal do júri: princípios, procedimento e o livre convencimento imotivado. **Revista Jus Navigandi**, maio 2020. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/82212/tribunal-do-juri>. Acesso em: 30 jun. 2025.

¹⁶ NUCCI, Guilherme de Souza. **Tribunal do júri**. Op. cit., p. 35.

Por ora, a competência do Tribunal do Júri, conforme estabelecida na Constituição e na legislação vigente, restringe-se aos crimes dolosos contra a vida, como homicídio, induzimento ao suicídio, infanticídio e aborto. A discussão sobre a ampliação dessa competência para outros delitos permanece em debate. É relevante considerar que a delimitação dos crimes submetidos ao júri é crucial para garantir a eficácia e a especialização desse importante órgão judiciário.

TRIBUNAL DO JÚRI COMO CLÁUSULA PÉTREA: ARGUMENTOS A FAVOR

Nos tempos atuais, o Tribunal do Júri se faz presente em diversos países, cada um com suas peculiaridades. O júri é instituído em países como Estados Unidos, Austrália, Portugal, Espanha, França, entre outros.¹⁷No Brasil, como já dito, o júri surgiu no ano de 1822 por meio de deliberação do então príncipe D. Pedro e, logo após, foi incluído na Constituição do Império no ano de 1824. Desde então, o tribunal do júri vem aparecendo em todas as Constituições brasileiras, com exceção a constituição de 1937.¹⁸

O instituto do tribunal júri é um dos direitos fundamentais brasileiros porque consta no inciso XXXVIII do artigo 5º da Constituição Federal.¹⁹ Os princípios que o regem são a plenitude de defesa, sigilo das votações, soberania dos votos e a competência. O júri tem tamanha importância para a sociedade que não poderá ser retirado ou extinto, pois é uma cláusula pétrea²⁰ nos termos do inciso IV do § 4º do artigo 60.

O princípio da plenitude de defesa tem como objetivo possibilitar ao réu valer-se de argumentos jurídicos e extrajurídicos na sua explanação durante a fase plenária.²¹ O princípio do sigilo das votações visa proteger a integridade dos

¹⁷ Ibidem, p. 29.

¹⁸ TUBENCHLA, James. **Tribunal do júri: contradições e soluções**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1997, p. 5-8.

¹⁹ MORETTI, Luana Maria. **Tribunal do júri: aspectos controversos**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Universidade do Oeste Paulista, São Paulo, 2018.

²⁰ NUCCI, Guilherme de Souza. **Tribunal do júri**. Op. cit., p. 41.

²¹ MORETTI, Luana Maria. **Tribunal do júri: aspectos controversos**. Op. cit.

jurados e lhes transmitir segurança e liberdade no momento da votação, uma vez que, por receio de posterior retaliação, poderiam se sentir intimidados a votar na frente do réu.²²

O princípio da soberania dos veredictos tem como objetivo principal garantir que a decisão dos jurados seja soberana e impassível de alteração pelo juiz e pelos Tribunais Superiores (STF/STJ). Embora esse entendimento varie, a maioria os tribunais entendem que não se deve alterar o mérito da decisão do júri. Mesmo sendo soberanas, as decisões dos jurados podem conter erros, razão pela qual o sistema prevê o duplo grau de jurisdição nos casos de decisão manifestamente contrária à prova dos autos. O Tribunal, por sua vez, tem competência para julgar as questões de mérito, podendo anular a decisão e determinar que outro júri seja realizado. Caso haja nulidades durante o curso do processo, este poderá ser anulado tantas vezes quanto for necessário.²³

Os jurados tomam decisões com base nas suas convicções internas e não estão autorizados a apresentar as razões de sua deliberação. Além disso, a lei exige que prestem o compromisso de analisar o caso de forma imparcial e tomar decisões com base nos ditames da consciência e da justiça.

Como o júri foi previsto no capítulo que trata dos direitos e garantias fundamentais, foi erigido à cláusula pétreia, não podendo, pois, ser suprimido por emenda constitucional (artigo 60, § 4º, IV, da Constituição de 1988).²⁴

A atual Constituição foi até o presente momento a mais abundosa da história no que diz respeito aos direitos individuais, de tal maneira que diversas matérias que inicialmente não detinham *status* constitucional passaram a tê-lo devido muito provavelmente ao regime militar.²⁵

Atualmente, o Tribunal do Júri é uma garantia individual do cidadão, assim como a plena defesa, o sigilo das votações e a soberania dos veredictos no caso

²² Ibidem.

²³ SILVA, César Dario Mariano da. Manifesto em defesa do Tribunal do Júri. **Consultor Jurídico**, jan. 2021. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2021-jan-04/cesar-dario-defesa-tribunal-juri/?cn-reloaded=1>. Acesso em: 30 jun. 2025.

²⁴ Ibidem.

²⁵ Ibidem.

de julgamento por crime doloso contra a vida. Não é sem razão que o júri ocupa assento constitucional no cânone do art. 5º, que é dispositivo legal destinado aos direitos fundamentais.²⁶

Ou seja, o tribunal do júri é fruto de lento desenvolvimento em todo o mundo, tendo responsabilidade para julgar os crimes mais gravosos previstos na legislação. Cuida-se de direito fundamental do cidadão de ser julgado por seus pares por crimes que todos podem cometer.

Ao contrário do que se costuma dizer, o júri não se apresenta como o direito da sociedade de julgar o acusado, mas sim como o direito do acusado de ser julgado pela sociedade, e não por um juiz togado.²⁷ Acredita-se ser de mais benéfico ao acusado ser julgado por pessoas não inseridas em um mundo jurídico, visto que elas podem enxergar não apenas o delito supostamente cometido pelo acusado, mas sim todas as razões de ser do indivíduo. Ele pode, assim, ser julgado pelos seu pares de diferentes formas ou pontos de vista.

O Tribunal do Júri, como instituto fundamental do sistema jurídico brasileiro, representa a garantia da participação cidadã na administração da justiça. Sua inserção na Constituição Federal de 1988 como cláusula pétrea reflete sua importância para a sociedade. Os princípios da plenitude de defesa, sigilo das votações e soberania dos veredictos são pilares que asseguram um julgamento justo e imparcial. Apesar da soberania dos vereditos, a possibilidade de revisão em casos de decisões manifestamente contrárias à prova dos autos resguarda a integridade do processo. Portanto, o Tribunal do Júri é uma instituição essencial para a proteção dos direitos individuais e a garantia da justiça em nosso país, evidenciando seu papel crucial na democracia e no Estado de Direito.

²⁶ BRETAS, Adriano **Apontamentos de Processo Penal**. Curitiba: Sala de Aula Criminal, 2017.

²⁷ *Ibidem*.

TRIBUNAL DO JÚRI COMO CLÁUSULA PÉTREA: ARGUMENTOS CONTRÁRIOS

Para iniciar este tópico, vale traçar uma comparação do rito do Tribunal do Júri do sistema brasileiro com o rito do Tribunal do Júri do sistema norte americano. A principal diferença é a de, enquanto num há a faculdade de escolher pelo rito do júri ou pelo juiz togado, no outro não há opção de escolha. Outra diferença é a que o júri, nos Estados Unidos, não julga apenas os crimes dolosos contra a vida, cabendo-lhe também a avaliação de crimes cíveis. Por fim, outra distinção é a de que, no sistema estadunidense, o corpo de jurados não é apenas composto por jurados leigos, mas integra juízes leigos e juízes togados.²⁸

Uma das críticas endereçadas ao sistema brasileiro diz respeito à composição dos jurados. Como no Brasil o júri é formado apenas por pessoas leigas, é nítido que há falta de fundamentação técnica dos votos. O fato do conselho de sentença ser composto por pessoas sem conhecimento técnico prejudica o réu, pois estes são incapazes de analisar o caso com os mesmos olhos de um juiz de direito, sendo mais propícios a condenar um inocente do que absolver um culpado.²⁹

A falta de profissionalismo e de estrutura psicológica, aliados ao desconhecimento de regras de processo, são graves inconvenientes do Tribunal do Júri.³⁰ Ou seja, se os jurados no Tribunal do Júri no Brasil derivassem de um veredito conjunto de juízes e membros com reputação ilibada da população, os resultados seriam menos questionados.

Rebate-se, também, o argumento de que a legitimidade do júri decorre do fato de os seus membros serem “eleitos”. De nada serve um juiz ou jurado ser

²⁸ REIS, Wanderlei José dos. O júri no Brasil e nos Estados Unidos: algumas considerações. **Revista Jus Navigandi**, jan. 2013. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/23474/o-juri-no-brasil-e-nos-estados-unidos>. Acesso em: 30 jun. 2025.

²⁹ MORETTI, Luana Maria. **Tribunal do júri**: aspectos controversos. Op. cit.

³⁰ LOPES JUNIOR, Aury. Tribunal do júri precisa passar por uma reengenharia processual. **Consultor Jurídico**, ago. 2014. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2014-ago-08/limite-penal-tribunal-juri-passar-reengenharia-processual/>. Acesso em: 30 jun. 2025.

“eleito” se não são outorgadas a eles as garantias orgânicas da magistratura.³¹ Assim se fundamenta o grande doutrinador Aury Lopes Jr., quando trata de problemas do tribunal do júri sobre a produção de provas e sobre como o próprio processo penal prejudica a instituição do júri:

O primeiro problema refere-se ao aspecto probatório, que é a espinha dorsal do processo penal, pois é através da prova que se captura a percepção do julgador e se constrói o convencimento. Na sistemática brasileira, a prova é colhida na primeira fase, diante do juiz presidente, mas sem a presença dos jurados. Em plenário, até pode ser produzida alguma prova, mas a prática demonstra que essa é uma raríssima exceção. A regra geral é a realização de mera leitura de peças, com acusação e defesa explorando a prova já produzida, subtraindo dos jurados a possibilidade de contato direto com testemunhas e outros meios de prova. Na melhor das hipóteses, haverá um interrogatório no final (lembrando do direito de não comparecer ou de manter o silêncio). O julgamento resume-se, então, a folhas mortas. Os jurados desconhecem o Direito, o processo e, principalmente, a prova, já que sua limitada compreensão se restringe ao que é apresentado nos debates, mesmo que, em teoria, tenham acesso a “todo” o processo (como se esse processo fosse realmente de conhecimento dos jurados).³²

Outra crítica extremamente importante diz respeito à decisão condenatória emitida pelos jurados. Quando o veredito apresenta 4 (quatro) votos favoráveis à condenação e 3 (três) votos contrários à ela, resta clara a dúvida entre os jurados. Em termos numéricos, mesmo que exista apenas 57,14% de consenso entre os jurados. Mas, mesmo assim, condena-se o réu.

O doutrinador Aury Lopes Jr. assevera que o número de jurados deve mudar, bem como a quantidade de votos necessários para se alcançar a condenação:

Precisamos, com urgência, aumentar o número de julgadores para 9 jurados, com a exigência de uma votação mínima de 6 votos para condenar (assim, para absolver, bastam 5 votos contra 4). Alternativamente, podemos aumentar para 11 jurados, exigindo no mínimo 7 votos a favor para condenação, de modo que, para absolver, pode ser uma votação de 6 a 5.³³

³¹ Ibidem.

³² Ibidem.

³³ Ibidem.

Sob esse ponto de vista, os jurados julgam conforme suas emoções e não conforme as razões ou direitos, como um juiz togado julgaria. Também há problemática de serem facilmente persuadidos pelos argumentos expostos no plenário, tanto pela defesa quanto pela acusação, votando conforme quem melhor pôde convencê-los. É isso que torna o Tribunal do Júri tão contraditório, pois a condenação ou absolvição não se dá com base nas provas presentes no processo, mas sim com base na melhor atuação da defesa, do ministério público ou do assistente de acusação.³⁴

Entretanto, o problema que mais chama a atenção está no fato de que os jurados não podem sofrer nenhum tipo de influência externa no momento de decidir seu voto. Contudo, com o avanço da imprensa, observa-se que os casos polêmicos de crimes contra a vida despertam o interesse da mídia e da população. Casos diversos são alvos de várias manchetes sensacionalistas, as quais trazem, inclusive, informações falsas e sem nexos, além de conter inúmeros prejulgamentos antes da finalização do inquérito, condenando o acusado antes mesmo de haver um devido processo legal.³⁵

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal deste artigo foi o de investigar se a instituição do júri é realmente uma cláusula pétrea na Constituição brasileira, avaliando os desafios e as implicações sobre o tema.

No decurso do artigo, buscou-se responder o questionamento principal se os crimes dolosos contra a vida devem ser julgados pelo tribunal do júri e se este deve ser visto como uma cláusula pétrea. Os resultados indicam que, definitivamente, esta instituição é vista como elemento essencial ao ordenamento jurídico brasileiro, garantindo assim que a população participe de uma maneira ativa da administração da justiça.

³⁴ MORETTI, Luana Maria. **Tribunal do júri**: aspectos controversos. Op. cit.

³⁵ Ibidem.

Sendo assim, o presente artigo demonstrou a importância do tribunal do júri como uma instituição fundamental para a justiça criminal brasileira. Com a análise detalhada dos princípios que regem este rito no processo penal, sendo eles plenitude de defesa, sigilo das votações e soberania dos veredictos e a competência para julgar os crimes dolosos contra a vida, bem como a discussão sobre a proteção constitucional dessas garantias.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, O.; ARRUDA, M. de S. C. **Júri técnica e tática**. Curitiba: Corgraf Gráfica e Editora LTDA, 2015.

BASTOS, C. R.; MARTINS, Y. G. **Comentários à Constituição do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 1989.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Habeas Corpus nº 70.193/RJ**. Min.: Celso de Mello, 1ª Turma, j.: 21.09.1993.

BRETAS, A. **Apontamentos de Processo Penal**. Curitiba: Sala de Aula Criminal, 2017.

CACHONE JUNIOR, A. Tribunal do júri: princípios, procedimento e o livre convencimento imotivado. **Revista Jus Navigandi**, maio 2020. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/82212/tribunal-do-juri>. Acesso em: 30 jun. 2025.

LENZA, P. **Direito constitucional esquematizado**. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

LOPES JUNIOR, A. Tribunal do júri precisa passar por uma reengenharia processual. **Consultor Jurídico**, ago. 2014. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2014-ago-08/limite-penal-tribunal-juri-passar-reengenharia-processual/>. Acesso em: 30 jun. 2025.

MORETTI, L. M. **Tribunal do júri**: aspectos controversos. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Universidade do Oeste Paulista, São Paulo, 2018.

NASSIF, A. **Júri**: instrumento de soberania popular. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.

NUCCI, G. de S. **Tribunal do júri**. 4. ed. São Paulo. Revista dos Tribunais, 2013.

OLIVEIRA, M. V. A. **Tribunal do Júri na ordem jurídica constitucional**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2008.

REIS, W. J. dos. O júri no Brasil e nos Estados Unidos: algumas considerações. **Revista Jus Navigandi**, jan. 2013. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/23474/o-juri-no-brasil-e-nos-estados-unidos>. Acesso em: 30 jun. 2025.

SILVA, C. D. M. da. Manifesto em defesa do Tribunal do Júri. **Consultor Jurídico**, jan. 2021. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2021-jan-04/cesar-dario-defesa-tribunal-juri/?cn-reloaded=1>. Acesso em: 30 jun. 2025.

STOCO, R. Tribunal do Júri e o projeto de reforma de 2001. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 36, p. 190-236, out./dez. 2001.

TOURINHO Filho, F. da C. **Processo penal**. 35. ed. São Paulo: Saraiva, 2013, v. 4.

TUBENCHLA, J. **Tribunal do júri**: contradições e soluções. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1997.